

A LUTA DESENVOLVE-SE EM TODOS OS TABULEIROS

1 – Reposição de direitos consignados no A.E.: Na sequência da publicação, em finais de Outubro passado, do Acórdão nº 602/2013, do Tribunal Constitucional, que declarou inconstitucionais várias alterações, feitas em 2012, do Código do Trabalho, e respondendo a questões colocadas pelo SITAVA quanto à aplicação daquele Acórdão, a DRH/OGMA informou-nos que, retroagindo os efeitos a 01 de Agosto de 2012 e conforme consta do Acordo de Empresa/OGMA em vigor, aos trabalhadores que forem associados do SITAVA serão repostos os descansos compensatórios por trabalho suplementar, prestado em dia útil, em dia de descanso semanal complementar ou em dia feriado.

O pagamento dos valores em dívida, correspondentes ao período entre 01-08-2012 e 30-11-2013, será feito a partir do corrente mês de Janeiro de 2014 em prestações com um valor máximo mensal de 500 euros ou num máximo de três (03) prestações.

Caso qualquer dos trabalhadores em causa tenha optado pelo gozo do descanso correspondente terão o direito de os gozar durante todo o ano de 2014, de acordo com as respectivas chefias, sendo salvaguardadas as necessidades de serviço.

Os descansos compensatórios vencidos, desde 01-12-2013, serão tratados, normalmente, conforme previsto no AE em vigor.

2 – Trabalho em espaços confinados: No âmbito da segurança e saúde no trabalho, a DRH/OGMA informou-nos que face às especificidades das condições de trabalho em espaços confinados, não será permitida a permanência de trabalhadores no interior desses espaços por períodos superiores a uma (01) hora, nem superior a quatro (04) horas diárias, excepto em condições imperiosas de serviço e desde que previamente comunicadas à Higiene e Segurança no Trabalho.

Atingido período limite de tempo de uma (01) hora, o trabalhador deverá sair desse espaço confinado e, por um período não inferior a 30 minutos, deverá realizar outras tarefas no exterior daquele espaço, podendo após os 30 minutos retomar o trabalho no espaço confinado.

O trabalho em espaços confinados será registado na autorização de trabalho e deverá ser coincidente com as cartas de trabalho.

3 - Por razões que nos parecem óbvias, sempre defendemos a existência de um único e mesmo instrumento de regulamentação colectiva de trabalho para todos os trabalhadores no seio de uma mesma empresa, ainda que não a qualquer preço. Assim, constatamos, com alguma preocupação face ao futuro e às necessidades da unidade e da luta pela melhoria de condições de vida e de trabalho, diferentes formas de tratamento laboral no seio dos trabalhadores das OGMA, conforme sejam ou não aderentes do AE em vigor.

UNIDOS SOMOS MAIS FORTES

Lisboa, 2014-01-08

A Direcção